

SUSTENTABILIDADE E PLANOS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA GRÉCIA

Panas Karampampas¹

RESUMO

Este artigo se propõe a examinar como a resposta dos atores e das instituições patrimoniais à “crise” econômica grega intensificou seu envolvimento com o Patrimônio Cultural Imaterial em conexão com o mercado. A sustentabilidade tornou-se uma questão-chave nos planos de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial para rejuvenescer o mercado local e garantir a continuidade de trabalhos tradicionais ameaçados. Este estudo etnográfico é baseado em trabalho de campo na Grécia, com grupos praticantes do patrimônio e representantes do Ministério da Cultura grego (MC), que conceberam a estratégia do Patrimônio Cultural Imaterial nacional para o país. A partir da implementação da Convenção na Grécia, que ocorreu durante a crise econômica, a própria crise tornou-se parte do contexto desta pesquisa. Por meio do estudo de dois casos, demonstraremos como os atores patrimoniais na Grécia promovem técnicas tradicionais e seus produtos sob o selo de Patrimônio Cultural Imaterial e sob os termos do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Grécia. Turismo. Cooperativa. Planos de Preservação. Desenvolvimento Sustentável. Patrimônio Cultural Imaterial.

ABSTRACT

This paper will examine how heritage actors' and institutions' response to the Greek economic “crisis” heightened their engagement with Intangible Cultural Heritage in connection to the market. Sustainability

¹ Pesquisador com pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris. Trabalha atualmente com políticas de Patrimônio Cultural Imaterial e governança global. Foi professor visitante no Departamento de Antropologia Social da Universidade de St. Andrews (Escócia), onde completou seu doutorado, e, mais recentemente, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Pesquisa – Escola Superior de Economia (Universidade ESE), em Moscou. Sua pesquisa de doutorado focalizou a cena gótica, a antropologia digital, a dança e o cosmopolitismo. Seu trabalho tem sido publicado em revistas especializadas, tais como *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, *International Journal of Heritage Studies* e *Journal of Youth Studies*, e coeditou *Collaborative Intimacies in Music and Dance* (Berghahn Books, 2017). E-mail: p.karampampas@gmail.com.

became a key issue in the Intangible Cultural Heritage Safeguarding Plans in order to rejuvenate the local market and ensure the continuity of endangered traditional jobs. This ethnographic paper is based on fieldwork in Greece with heritage practitioners as well as officials of the Hellenic Ministry of Culture (MoC) who design the national Intangible Cultural Heritage strategy for Greece. Since the implementation of the Convention in Greece, which took place during the economic crisis, the crisis became part of the context of this research. Through two case studies, it will be demonstrated how heritage actors in Greece promote traditional techniques and their products under the label of Intangible Cultural Heritage and under the terms of sustainable development.

Keywords: Greece. Tourism. Cooperative. Safeguarding Plans. Sustainable Development. Intangible Cultural Heritage.

A Convenção da Unesco de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (de agora em diante, a Convenção) foi o prenúncio de um entendimento diferente, e para muitas pessoas ambíguo, do patrimônio cultural e de uma nova era de medidas (e políticas) globais e locais que dizem respeito diretamente ao Patrimônio Cultural Imaterial (PCI). A denominada salvaguarda do PCI inclui a sustentabilidade dos grupos de praticantes do patrimônio e dos lugares em que o PCI é praticado, já que ambos os fatores estão entremeados na (re)produção do PCI (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2004, p. 53).

O objetivo deste artigo é analisar como operaram as ideias de desenvolvimento sustentável quando os costumes e tradições foram reintroduzidos no mercado, com novo valor nominal, ao serem reformulados como PCI. Ademais, a partir da implementação da Convenção na Grécia, que ocorreu durante a crise econômica, a própria crise se tornou parte do contexto desta pesquisa (embora examinar a crise econômica muito detalhadamente não faça parte do escopo deste trabalho).

Este artigo é baseado em uma pesquisa etnográfica da Direção do Patrimônio Cultural Moderno (DPCM), do Ministério da Cultura e do Esporte da Grécia, e na pesquisa desenvolvida junto a diferentes associações culturais (ONGs) e atores patrimoniais na Grécia, que venho realizando desde fevereiro de 2017 até o presente. Meu principal método de pesquisa foi a observação participante: uma vez estabelecida uma relação mais próxima com os participantes da pesquisa, conduzi entrevistas semiestruturadas, abertas e/ou profundas, com foco em questões-chave e

participantes-chave da pesquisa. Isso permitiu que eu aprofundasse minha análise, extraindo dados de maneira mais estruturada e focada e expandindo dados reunidos por meio da observação participante. A observação participante começou na DPCM, e durante seus eventos encontrei pela primeira vez muitos participantes de minha pesquisa que não pertenciam à DPCM. Isso expandiu meu campo de trabalho para várias associações culturais e lugares na Grécia toda, para os quais fui convidado pelos participantes da pesquisa. Estes eram representantes da DPCM, acadêmicos e outros especialistas do patrimônio, bem como pessoas que a Convenção chama de “detentores” de elementos do PCI, isto é, praticantes de tradições e costumes designados como elementos do PCI.

O REGIME PATRIMONIAL, A “CRISE” E A RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE 2003 NA GRÉCIA

O patrimônio foi e continua a ser uma questão central para os gregos. A Antiguidade Clássica (c. século VIII a.C. até o século VI d.C.) teve um papel crucial na construção da identidade nacional e na legitimação do Estado grego moderno (instaurado oficialmente em 1832), ao fornecer provas de uma “continuidade cultural” da Grécia antiga até a Grécia moderna (DANFORTH, 1984; HAMILAKIS, 2007; TZIOVAS, 2014; HERZFELD, 2020). Elementos essenciais nesse processo de construção da nação, os monumentos da Grécia antiga foram usados como um dispositivo para transmitir a glória da Grécia antiga ao moderno Estado-nação grego (YALOURI, 2001), ao passo que tradições folclóricas e costumes eram vistos como o elo perdido entre a antiga e a moderna identidade grega (MERAKLIS, 1990; NITSIKOS, 2008; HERZFELD, 2020). Folcloristas, e mais tarde etnólogos, contribuíram para a consolidação das narrativas nacionalistas associadas aos conceitos de tradição, folclore e “cultura” grega, que foram mais amplamente difundidas junto à população grega por meio da educação pública e de associações culturais.

As associações culturais são do interesse de ONGs sem fins lucrativos, e seu principal objetivo é desenvolver ou praticar qualquer coisa que possa ser incluída na ampla categoria daquilo que pode ser designado “cultura”. A atividade mais popular e central de muitas associações culturais estabelecidas em toda a Grécia, em cidades grandes ou pequenas e em aldeias rurais, foi e continua sendo a das chamadas “danças tradicionais gregas”. As associações culturais mais reconhecidas e influentes desenvolvem também outras atividades, como aulas de música folclórica e aquisição de roupas tradicionais; algumas até estabeleceram museus. Esse

quadro permitiu que membros das associações culturais, professores de danças folclóricas e indivíduos com educação um pouco mais elevada (especialmente professores do ensino fundamental) se tornassem folcloristas amadores (POLITIS 1909, pp. 155-59; KAKAMPOURA, 2006).

No entanto, o conceito de PCI foi introduzido na Grécia quando, em dezembro de 2006, o Parlamento grego ratificou a Convenção da Unesco de 2003 para a Salvaguarda do PCI, mediante a lei nº 3.521/2006 (sobre os conceitos que prevaleciam na Grécia antes da Convenção, ver KARAMPAMPAS, 2020). Mesmo assim, o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial começou a ser mencionado na Grécia apenas em 2010, quando Espanha, Grécia, Itália e Marrocos uniram forças para inscrever, com sucesso, a Dieta Mediterrânea na Lista Representativa da Unesco para o PCI². Contudo, o conceito começou a se difundir apenas em 2012, quando a DPCM iniciou a implementação da Convenção. Isso passou pela criação do Inventário Nacional do PCI da Grécia, e elementos do PCI (e o próprio conceito) começaram a atrair a atenção pública. O ponto central para a introdução do conceito foi a maneira como a DPCM promoveu o PCI.

Desde 2012, cinco representantes da DPCM responsáveis pelo PCI, junto com o diretor da DPCM, sempre estiveram em ação, organizando “eventos de divulgação do PCI” no país todo para difundir o conceito do PCI junto a organizações culturais, governos locais, praticantes do patrimônio e a mídia. Nesses “eventos de divulgação do PCI”, os representantes da DPCM promoveram o PCI como um conceito mais abrangente se comparado às tradições, aos costumes e ao folclore, já que, como costumavam explicar durante tais eventos, “[o PCI] inclui o que até hoje chamamos de tradição, folclore e costumes, e assim nada muda realmente”. Ao mesmo tempo, os representantes têm consciência de que o PCI não é de fato igual, já que os leigos têm um entendimento diferente do que significa tradição, folclore e costumes, como nossas conversas pessoais revelaram.

O motivo pelo qual eles promoviam conscientemente o PCI como um termo novo para se referir a tradições e costumes era que essa mudança ajudaria os praticantes patrimoniais a obterem um entendimento inicial daquilo que o PCI de fato é, e, conseqüentemente, evitaria longos debates sobre a terminologia. Com isso, acreditavam que essa “mentira inofensiva” mudaria o foco para a implementação da Convenção que “daria poder

2 A Convenção estabelece duas listas e um registro: a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, a Lista do Patrimônio Cultural Imaterial com Necessidade Urgente de Salvaguarda e o Registro de Boas Práticas de Salvaguarda. Sobre seus propósitos ver "Purpose of the Lists of Intangible Cultural Heritage and of the Register of Good Safeguarding Practices", disponível em: <<https://ich.unesco.org/en/purpose-of-the-lists-00807>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

às comunidades”, como afirmaram usando o repertório da Convenção (sobre motivações e crenças dos representantes patrimoniais, ver BORTOLOTTO et al., 2020). Como os praticantes do patrimônio se envolveram mais tarde com a Convenção, os representantes da DPCM os ajudaram a entender melhor o conceito.

A dificuldade que os leigos têm para entender o conceito é previsivelmente comum, em muitos idiomas é um conceito novo, e sua definição não esclarece a diferença em relação aos termos anteriores. Existem ainda implicações políticas e questões de propriedade que devem ser levadas em conta. Assim, PCI e folclore são termos usados de maneira irrefletida e intercambiável (KUUTMA, 2015, p. 51), como é o caso na Grécia. Ademais, na maioria das vezes, o termo PCI é usado por especialistas e praticantes para se referir a práticas pré-patrimoniais (ou tradições) e à “produção metacultural” (TAUSCHEK, 2011), criando ainda mais confusão, sendo associado também à definição de “cultura” pela Unesco³. Isso reflete a complexidade do processo de patrimonialização, pois “a construção discursiva do patrimônio é em si parte dos processos culturais e sociais que são patrimônio” (SMITH, 2006, p. 13). Logo, o modelo binário de práticas pré-patrimoniais/“produção metacultural” acaba tendo limites indistintos, de modo que as duas práticas não podem ser claramente separadas (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2006; TAUSCHEK, 2011).

PATRIMÔNIO E MERCADO

Além das mudanças acima mencionadas, a reformulação das tradições, dos costumes e do folclore no PCI revelou o potencial de seu uso para fins comerciais. Não é surpreendente — existem vários exemplos que demonstram como a atribuição do status de patrimônio a locais pela irmã mais velha da Convenção PCI (a Convenção sobre o Patrimônio do Mundial, de 1972) tem resultado na sua utilização para proveito econômico. Assim, o patrimônio torna-se outra ferramenta pela qual esses atores podem melhorar sua vida (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2006, pp.

3 A definição de “cultura” pela Unesco foi inicialmente elaborada com base nas definições derivadas do campo do folclore, antes que o conceito se expandisse pela abordagem antropológica de “cultura”. Conseqüentemente, para a Unesco, “cultura” tem se tornado um conceito abrangente que inclui contradições como a valorização dos aspectos dinâmicos dos processos culturais, enquanto ao mesmo tempo inclui uma abordagem estatística que apresenta as “culturas” como osmóticas, mas também como claramente circunscritas (ERIKSEN, 2001, pp. 131-36; KIRSHENBLATT-GIMBLETT 2004, p. 57; NIELSEN, 2011, pp. 277-80, 288; BRUMANN, 2018, pp. 1.221-23).

194-95; BENDIX, 2009, p. 259; 2018, p. 266; TAUSCHEK, 2011, 52). Ademais, as Diretrizes Operacionais da Convenção explicam que “os Estados-parte devem empenhar-se em reconhecer, promover e melhorar a contribuição do patrimônio cultural imaterial na geração de rendimentos e de meios de subsistência sustentáveis” (UNESCO, 2018, parágrafo 185) e “para o emprego produtivo e o trabalho digno das comunidades, dos grupos e dos indivíduos” (ibidem, parágrafo 186). Ademais os Estados-parte são incentivados tanto a avaliar como a promover o potencial do PCI para o “turismo sustentável” em benefício das comunidades (ibidem, parágrafo 187). Contudo, não há instruções quanto à maneira como isso deveria ser feito, e, embora a Unesco promova um debate aberto aos especialistas e praticantes do patrimônio sobre maneiras de evitar a “comercialização excessiva do PCI”, não fornece respostas concretas (KARAMPAMPAS; DE REGT 2019, pp. 6-7). Conseqüentemente, nem mesmo a mercantilização do patrimônio é discutida abertamente, mantendo-se sempre na superfície, e as pessoas com frequência encontram maneiras de obter benefícios econômicos além dos benefícios morais e sociais. Ao mesmo tempo, os representantes do PCI concentraram seus argumentos em ideias de sustentabilidade que são elaboradas nas Diretrizes Operacionais da Convenção e na própria Convenção. Isso resulta dos esforços dos representantes do PCI para seguir a Convenção “ao pé da letra”, porque “desde o momento em que o Parlamento grego ratificou a Convenção, ela própria se tornou também legislação grega. Seguimos os artigos da Convenção. Não precisamos de outra lei nacional (...). Fazemos o que ela diz” (comunicação informal com o diretor da DPCM, primavera de 2019). Assim, o envolvimento entre patrimônio e mercado é arbitrado por ideias de sustentabilidade resultantes da interpretação dos textos da Convenção pelos representantes da DPCM.

O início da implementação da Convenção na Grécia coincide com a deflagração da “crise grega”. Uma das dimensões da “crise” é a maneira como geralmente nos referimos à austeridade econômica contínua que estava em vigor desde 2008, e essa definição inclui também uma série de reformas que levaram ao empobrecimento e à perda de renda e propriedade (KNIGHT, 2018)⁴. Com a criação de uma estratégia de PCI pontual e prática, os representantes da DPCM tentaram combater alguns dos efeitos negativos da “crise”. Como os representantes da DPCM frequentemente expressaram durante as oficinas de divulgação, eles querem “combater os golpes que a imagem do país (Grécia) recebeu no estrangeiro” (Lasíti,

4 A crise grega é mais precisamente analisada como uma combinação de crises, entre as quais estão a crise econômica e a crise dos refugiados (KIRTISOGLU; TSI-MOURIS, 2016; CABOT, 2019).

Creta, 5 abr. 2017) ou, desde que “a imagem do país está manchada por narrativas [de certa mídia internacional] de que os gregos não são produtivos, (...) a maior parte dos elementos inscritos nas listas da Unesco tem a ver com a produtividade dos gregos” (Nestani, Peloponeso, 22 abr. 2017).

Seu objetivo é promover o aumento das vendas da indústria local, a criação de novos empregos e a melhoria da imagem da Grécia, demonstrando “um panorama da cultura folclórica grega que ressalte a labuta (*móhthos* – μόχθος) dos gregos” (Lasíti, Creta, 5 abr. 2017), opondo-se assim a estereótipos negativos aos quais os gregos são frequentemente associados, como a “preguiça” e o “atraso”, termos cujo uso se intensificou na mídia internacional e entre as pessoas desde os primeiros anos da austeridade grega (HERZFIELD, 2016, p. 12; ver também KNIGHT, 2013). Assim, a DPCM se esforça para promover o bem comum por meio da mercantilização do PCI e das ferramentas burocráticas de que dispõe, neste caso o Inventário Nacional do PCI (BEAR; MATHUR, 2015). Na prática, essa estratégia se manifestou, de 2013 a 2016, na priorização da inscrição no Inventário Nacional do PCI e nas listas da Unesco de elementos que demonstram o “*móhthos* dos gregos”, como artesanato tradicional e técnicas agrícolas, além da venda de itens fabricados por esses meios. Como resumiu um dos participantes de minha pesquisa, membro da DPCM:

A DPCM deseja o êxito econômico das comunidades, mas não somos economistas nem gerentes de negócios. Nosso foco é destacar o valor cultural dos elementos do PCI e colaborar com todos os atores (outros representantes, as ONGs, as comunidades e o mercado) que elaboram e implementam políticas que tragam crescimento econômico e coerência às comunidades.

Entretanto, até 2018, os representantes da DPCM incentivaram os atores do patrimônio a fornecer o tipo de elementos de PCI que haviam promovido entre 2013 e 2016, ao passo que muitas práticas sociais com aspectos performáticos, como danças folclóricas, rituais e comemorações, também estavam inscritas no Inventário Nacional, que procurava igualmente atrair mais turistas e, conseqüentemente, melhorar a economia local. Por meio dos “eventos de divulgação do PCI” e da estratégia do PCI centrado no mercado, desenvolvida pela DPCM, as definições dadas pela Convenção foram difundidas pela Grécia. Todo esse movimento tinha por objetivo redimensionar a mercantilização do PCI na Grécia.

DOIS CASOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO PCI

1 - Reposicionar o patrimônio no mercado: da construção de barcos de pesca ao setor do turismo

“O ofício de construir barcos de madeira” (ou coloquialmente construção de barcos) é um excelente exemplo da tentativa de aplicar a estratégia nacional da DPCM em relação ao PCI. A pessoa-chave para a elaboração dessa estratégia era a diretora do Patrimônio Cultural Moderno, formada em arqueologia, história e etnologia, com anos de experiência em reuniões da Unesco sobre o PCI e que fora escolhida como parecerista das indicações à Lista Representativa. Na maior parte dos “eventos de divulgação do PCI”, durante 2017 e 2018, ela assinalara os seguinte:

Sabemos também, a partir de estudos econômicos, que existe um potencial econômico na construção dos barcos de madeira que hoje são utilizados para atividades lúdicas (entre as quais o iatismo e o turismo marítimo), um potencial que pode criar uma quantidade considerável de novos empregos nos estaleiros, em áreas assoladas pelo desemprego, como [a cidade portuária de] Perama, Siro [ilha] etc.

O ofício de construir barcos de madeira foi inscrito no Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial da Grécia em 2013 com a intenção de submetê-lo à Lista do Patrimônio Cultural Imaterial com Necessidade Urgente de Salvaguarda da Unesco. O motivo principal para uma salvaguarda urgente se explica pelo fato de a Grécia ter implementado a Regulamentação (EU) nº 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia⁵ que determinava a redução das licenças de pesca profissional. Essa regulamentação procurava estabelecer um nível mais sustentável de prática da pesca e permitir que áreas excessivamente exploradas se recuperassem. Sob essa regulamentação, os pescadores profissionais que renunciavam à sua licença eram compensados com uma quantia significativa; no entanto, os legisladores gregos exigiam também que os barcos fossem destruídos, apesar de o Artigo 34 da Norma permitir que os donos de barcos mantivessem suas embarcações, caso achassem que “os

5 A Regulamentação (EU) nº 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia de 15 de maio de 2014, sobre o Fundo Europeu Marítimo e da Pesca, revogou as Regulamentações do Conselho (EC) nº 2.328/2003, (EC) nº 861/2006, (EC) nº 1.198/2006, (EC) nº 791/2007 e a Regulamentação (EU) nº 1.255/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho.

barcos serviam para atividades outras que não a pesca comercial” ou “conservavam uma função patrimonial baseada em terra”. Essa regulamentação foi o motivo pelo qual muitos barcos de madeira foram destruídos e, como hoje a quantidade dessas embarcações é bem menor, muitos construtores tradicionais de barcos ficaram sem trabalho. Isso porque sua atividade era muito mais demandada para a manutenção dos barcos do que para a construção de novas embarcações.

Como se afirma no formulário de inscrição nacional: “O incentivo à arte de construir barcos de madeira deveria ser baseado em políticas plurissetoriais (cultura, turismo, transporte marítimo, desenvolvimento local)” (DAMIANIDIS, 2013). Os esforços centrais da DPCM, realizados em colaboração com atores locais (museus, acadêmicos e artesãos), voltaram-se para a obtenção de financiamentos com vistas à criação de escolas técnicas. Com essas escolas ambicionam formar uma nova geração de construtores de barcos, criar novas oportunidades de emprego e melhorar a economia de determinadas ilhas gregas.

Nessas propostas de financiamento, a inscrição do “Ofício de construção de barcos de madeira” no Inventário Nacional e a inscrição potencial na Lista da Unesco foram essenciais para destacar sua relevância. É importante ressaltar também a urgência do pedido de financiamento e a descrição do “valor agregado” do PCI em relação ao projeto proposto (cf. BENDIX, 2018, p. 264). Além do aspecto econômico, a caracterização da construção de barcos como “patrimônio” e não como “tradição” é uma tentativa de combater a percepção de que os ofícios tradicionais costumam ser desvalorizados (BILLETT, 2014). Isso é essencial não só para a finalidade de atrair financiamentos, mas também para a possibilidade de incentivar alunos a aprender um ofício que, por enquanto, é amplamente visto como impopular (cf. BENDIX, 2018, p. 231). Essa intenção foi afirmada inúmeras vezes pelos representantes da DPCM durante o evento “Vocações Tradicionais e Arte na Educação Técnica Contemporânea”, organizado em conjunto com a Escola Pública de Artes e Ofícios de Sivitanidios em 20 de fevereiro de 2019. A tentativa de aumentar o valor simbólico da construção de barcos de madeira também é evidente no formulário de inscrição no Inventário Nacional. Nesse contexto, não é mais apresentada como uma prática de conexão entre a Grécia antiga e a moderna. Em vez disso, o formulário de inscrição muda o foco das narrativas nacionalistas de orgulho e valor histórico para o valor prático da construção de barcos de madeira, com os aspectos econômicos em primeiro plano (ver DAMIANIDIS, 2013, p. 11), conforme as sugestões feitas pela DPCM aos postulantes para que mantivessem suas candidaturas ao PCI alinhadas com a Convenção.

Nos “eventos de divulgação do PCI” acima mencionados, a diretora da DPCM apresentou um modelo baseado no turismo que incluía exemplos de países vizinhos, como a Turquia, que já haviam utilizado barcos semelhantes como parte do desenvolvimento turístico. A demonstração da DPCM procurava incentivar os gregos a considerar a possibilidade de vincular a construção de barcos de madeira ao setor do turismo, assegurando que essa iniciativa seria bem-sucedida, com base nas provas trazidas pelo exemplo turco. Logo, o incentivo à construção de barcos de madeira por meio do turismo não só foi apresentado como uma maneira mais sustentável de manter a prática no mercado, mas como a única solução para manter vivo o ofício que fora projetado com base nas ideias dos atores locais gregos para o desenvolvimento sustentável. No entanto, esse enfoque não seria possível dentro do conceito de tradição. Na Grécia, o conceito de tradição é dissociado da economia (nas artes performáticas), às vezes nem é destacado (nas técnicas artesanais), ao passo que o PCI, na maneira como é interpretado pela DPCM e promovido na Grécia, é conectado a narrativas de desenvolvimento, frequentemente por meio da melhoria da economia local (KARAMPAMPAS, 2020). Esses são os primeiros passos para “o estabelecimento de um vínculo entre a indústria do turismo e a produção de barcos de madeira que deveria ser uma prioridade concreta”, como se afirma no formulário de inscrição no Inventário Nacional do PCI da Grécia, e a criação de um “nicho no mercado que possa ser explorado por bons artesãos”⁶.

Assim, a DPCM tentou revitalizar um setor gerador de empregos que crescera por meio da pesca e do comércio e começara a decair quando os barcos com tecnologias mais recentes substituíram os barcos de madeira. Conseqüentemente, a construção de barcos de madeira quase desapareceu, em grande parte por causa de uma legislação prejudicial, e finalmente a DPCM tentou reanimar um setor gerador de empregos com uma nova política patrimonial centrada no turismo.

2 - Expansão do mercado: do cultivo de maçãs ao cultivo de uma imagem pública positiva

“Colaboração e Solidariedade: Cooperativa Rural de Zagora em Pelion” foi um elemento inscrito no Inventário Nacional do PCI da Grécia em fevereiro de 2018. A candidatura fez parte do plano de marketing da cooperativa agrícola de Zagora para promover indiretamente seus produtos na

6 Descrição detalhada no formulário do elemento (em inglês): <http://ayla.culture.gr/en/xilonaupigiki_wooden_shipbuilding/>. Acesso em: 22 out. 2019.

Grécia. Isso incluía a possível extensão dessa abordagem no estrangeiro, com a apresentação do mesmo elemento para sua inscrição, junto à Unesco, no Registro de Boas Práticas de Salvaguarda do PCI, em março de 2020.

A cooperativa agrícola de Zagora é uma das mais antigas da Grécia, e em 2016 comemorou seu centenário tendo com seu principal produto a maçã conhecida como *zagorin*. A preparação das comemorações começara dois anos antes, com a contratação de um titular de doutorado em Folclore Digital e Educação, especializado em pesquisa em arquivos e gerenciamento cultural. Essa pessoa projetou também o programa de um ano de duração para as comemorações do centenário. O objetivo era consolidar uma estratégia de marketing para apresentar uma nova imagem da cooperativa, mais orientada para a cultura, isto é, uma cooperativa com responsabilidade social corporativa que tivesse um impacto positivo sobre a sociedade local e grega. Como parte desse plano, ele sugeriu a inscrição de um elemento de PCI relacionado à cooperativa. Esse foi o motivo para entrar em contato com a DPCM, e como ele me explicou: “Os representantes da DPCM gostaram da iniciativa, e um representante da DPCM sugeriu que esse elemento poderia focalizar os conceitos de Colaboração e Solidariedade. Achei a ideia muito inovadora e decidi debatê-la com a cooperativa”. Isso veio de uma estratégia da DPCM para promover uma imagem positiva, por exemplo, do fazendeiro grego extremamente trabalhador, em oposição a estereótipos negativos sobre a preguiça grega. O especialista repassou a sugestão para a diretoria da cooperativa, que gostou da ideia como fora apresentada pelo especialista. Ao destacar esses dois conceitos, a diretoria objetivou criar uma imagem atraente e positiva da cooperativa que contribuiria também para sua expansão. Assim expandiriam a cooperativa mediante o aumento de seus membros, com a inclusão de pessoas interessadas oriundas de aldeias próximas de Zagora.

O especialista preparou o formulário de inscrição no inventário, e no fim do outono de 2017 a diretoria da cooperativa recebeu a informação de que a DPCM era favorável à inscrição do elemento no Inventário Nacional de PCI, e que o ministro da Cultura e do Esporte ia confirmar a decisão. A notícia informal e a inscrição coincidiram com o fim das comemorações do centenário da cooperativa, que haviam tomado quase dois anos, e assim, em todos os eventos remanescentes, o êxito da inscrição do elemento foi anunciado, contribuindo para a reinvenção da identidade da cooperativa.

Durantes minhas visitas a Zagora no verão de 2018, no contexto de meu trabalho de campo, a diretoria e os membros da cooperativa, junto com pessoas de Zagora, redirecionaram suas narrativas para centrá-las na colaboração e na solidariedade. Começaram a pensar sobre as maneiras como “a colaboração e a solidariedade têm sido uma parte do [seu]

patrimônio desde a criação da cooperativa”. Especificaram também como essas qualidades permitiam que sua aldeia se diferenciasse de outras cidades gregas. A colaboração e a solidariedade eram conceitos centrais da manutenção da cooperativa até agora (KAPANIARIS; VALASSAS, 2017), mas as pessoas de Zagora nunca haviam refletido ou dado uma atenção especial a eles. Esses conceitos foram deliberadamente postos em destaque para serem promovidos como PCI sob a influência dos representantes da DPCM e de suas ideias sobre o desenvolvimento sustentável. Essa afirmação posterior à inscrição mostra como as pessoas de Zagora tentam aumentar seu capital social pela demonstração de qualidades de que, segundo eles, outros gregos carecem. Assim, mais uma vez, o patrimônio estava sendo utilizado para alcançar novos benefícios morais. Contudo, nenhuma dessas pessoas tinha uma ideia clara do que era o PCI nem de sua relação com a cooperativa. Mesmo assim, estavam dispostas a preparar a indicação para inscrição de seus elementos no Registro de Boas Práticas de Salvaguarda da Unesco, de modo a atrair visibilidade sobre si mesmas e sobre suas maças.

“Colaboração e Solidariedade: a Cooperativa Rural de Zagora em Pelion” é um exemplo de como o patrimônio pode promover uma imagem positiva das empresas. Esse caso exemplifica também a maneira como as pessoas redefinem e entendem suas práticas por meio do processo de patrimonialização. As pessoas podem usar o PCI de modo mais flexível, mesmo que não entendam completamente o conceito (como no exemplo de Zagora).

CONCLUSÃO

Por meio desses dois exemplos, demonstrei como diversas práticas e elementos têm passado de uma falta de semelhança para um alto grau de parentesco, por meio de sua reconceitualização enquanto PCI. A categorização como PCI permitiu que esses elementos ganhassem características relacionadas e fossem comercializados de forma similar. A cooperativa de Zagora era incapaz de identificar quaisquer elementos que pudessem ser vinculados ao uso da tradição e dos costumes na Grécia. O ofício de construção de barcos de madeira, que parecia expressar a tradição, era depreciado por todos, exceto pelos construtores de navios e por alguns acadêmicos.

Mais importante ainda, a sustentabilidade era um elemento-chave em todos os níveis de patrimonialização nos casos acima demonstrados. As práticas da cooperativa Rural de Zagora foram reformuladas como PCI centrado na “Colaboração e na Solidariedade”, apresentadas como práticas

“sustentáveis” a partir de sua concepção pelos representantes da DPCM e promovidas como tais pelo especialista que preencheu os formulários de indicação e a diretoria da cooperativa que comunicou os conceitos à população local e à mídia. No caso da construção de barcos de madeira, a regulamentação europeia que promoveu a sustentabilidade de ecossistemas e a pesca sustentável ameaçou a sustentabilidade de um trabalho tradicional, o da construção artesanal de barcos de madeira, assim como a economia local. Mesmo assim, o PCI se tornou uma solução viável ao propiciar uma maneira sustentável de manter viva a técnica da construção de barcos de madeira e ao dinamizar a economia local.

Em ambos os casos, certo grau de mercantilização já existia antes da reformulação dos elementos como PCI. A cooperativa de Zagora sempre estivera envolvida no mercado, mas o PCI atuou como uma forma de publicidade, com a qual a cooperativa podia ser apresentada como uma empresa com alto grau de responsabilidade social corporativa. As práticas de construção de barcos de madeiras reconquistaram parte do seu valor perdido e, em vez de caminhar para uma morte certa, obtiveram uma última chance, indiretamente, por meio do setor do turismo. Embora a construção de novos barcos não tenha aumentado, por meio da modificação dos barcos de pesca em barcos adaptados para o turismo, os construtores de barcos puderam gerar potencialmente um meio de subsistência ao manterem os barcos para a satisfação dos turistas. Ademais, se o setor do turismo se mostrar suficientemente rentável, os estudantes das futuras escolas de construção de barcos terão a oportunidade de conservar o ofício com a construção de novos barcos de madeira turísticos. Em cada caso que destaquei, novas possibilidades foram abertas aos atores patrimoniais, que puderam “recondicionar coisas usadas em novas embalagens caprichadas e vendê-las como se fossem novas” (BENDIX, 2009, p. 264). As práticas de reformulação enquanto PCI, com todas as suas conotações e consequências, fornecem uma estrutura melhor para uma mercantilização mais eficiente dos elementos patrimoniais, se comparada aos conceitos de tradição, costumes e folclore (ver KARAMPAMPAS, 2020).

Os benefícios econômicos e o turismo são fatores que devem ser considerados importantes, assim como a formulação e reformulação de práticas resulta em uma série complexa de traduções, e muitos atores estão mais preocupados com o status que eles próprios estão recebendo. A obtenção de um status “mais elevado”, o de PCI, com a preocupação de se libertar das restrições dos conceitos de tradução e costumes, abriu novos espaços, tendo como meta: o desenvolvimento do turismo, no caso dos construtores de barcos que consertam as novas embarcações turísticas; e atrair visitantes a Zagora mediante um museu etnológico que a cooperativa começou a

criar recentemente para promover os aspectos daquilo que considera ser seu patrimônio, em complemento ao seu elemento inscrito.

Dito isso, a situação poderia ter sido diferente se a implementação da Convenção na Grécia tivesse começado antes da austeridade econômica grega. Isso resultou em planos de salvaguarda (como o da construção de barcos de madeira) centrados na mercantilização do PCI filtrada por ideias de desenvolvimento sustentável. Essas ideias, baseadas na interpretação dos representantes da DPCM de que era preciso implementar a Convenção “ao pé da letra”, adotadas pelos atores patrimoniais locais e pelas associações culturais por meio dos “eventos de divulgação sobre o PCI”, foram o motivo que os levou a inventar e reinventar maneiras de encontrar benefícios econômicos na prática de seu PCI.

REFERÊNCIAS

- BENDIX, Regina F. “Heritage between Economy and Politics: An Assessment from the Perspective of Cultural Anthropology”. In: SMITH, L.; AKAGAWA, N. (org.). *Intangible Heritage*. Londres: Routledge, 2009, pp. 253-69.
- _____. *Culture and Value: Tourism, Heritage, and Property*. Bloomington (IN): Indiana University Press, 2018.
- BILLETT, Stephen. “The Standing of Vocational Education: Sources of Its Societal Esteem and Implications for Its Enactment”. *Journal of Vocational Education and Training*, v. 66, n. 1, pp. 1-21, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13636820.2013.867525>>.
- BORTOLOTTO, Chiara et al. “Proving Participation: Vocational Bureaucrats and Bureaucratic Creativity in the Implementation of the UNESCO Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage”. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, v. 28, n. 1, pp. 66-82, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1469-8676.12741>>.
- BRUMANN, Christoph. “Anthropological Utopia, Closet Eurocentrism, and Culture Chaos in the UNESCO World Heritage Arena”. *Anthropological Quarterly*, v. 91, n. 4, pp. 1.203-33, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/anq.2018.0063>>.
- CABOT, Heath. “The European Refugee Crisis and Humanitarian Citizenship in Greece”. *Ethnos*, v. 84, n. 5, pp. 747-71, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00141844.2018.1529693>>.
- DAMIANIDIS, Kostas. “Δελτίο Στοιχείου Άυλης Πολιτιστικής Κληρονομιάς: Ευλοναυπηγική” [Formulário de Elemento do Patrimônio Cultural Imaterial: Construção de Barcos de Madeira]. *Εθνικό Ευρετήριο Άυλης Πολιτιστικής*

- Κληρονομιάς της Ελλάδας* [Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial da Grécia]. Atenas: Ministério da Cultura e dos Esportes, 2013.
- DANFORTH, Loring M. “The Ideological Context of the Search for Continuities in Greek Culture”. *Journal of Modern Greek Studies*, v. 2, n. 1, pp. 53-85, 1984. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/mgs.2010.0012>>.
- ERIKSEN, Thomas Hylland. “Between Universalism and Relativism: A Critique of Critique of the Unesco Concept of Culture”. In: COWAN, J. K. et al. (org.). *Culture and Rights: Anthropological Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 127-48.
- HAMILAKIS, Yannis. *The Nation and Its Ruins: Antiquity, Archaeology, and National Imagination in Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- HERZFELD, Michael. “The Hypocrisy of European Moralism: Greece and the Politics of Cultural Aggression – Part 1”. *Anthropology Today*, v. 32, n. 1, pp. 10-13, 2016.
- _____. *Ours Once More: Folklore, Ideology, and the Making of Modern Greece*. Nova York: Berghahn Books, 2020.
- KAKAMPOURA, Rea. “Λαογραφικά Αρχεία Και Εθνική Ταυτότητα: Μια Σχέση Αλληλεπίδρασης” [Arquivos de folclore e identidade nacional: uma relação interativa]. In: DIMITRIOU, S. (org.). *Κριτική Διεπιστημονικότητα, Τόμος 2ος, Έθνος Και Ταυτότητα. Πολιτισμικές Αντιστάσεις* [Interdisciplinaridade crítica – vol. 2: Nação e identidade. Resistências Culturais]. Atenas: Savvalas, 2006, pp. 108-35.
- KAPANIARIS, Alexandros; VALASSAS, Dionisios. *Αγροτικός συνεταιρισμός Ζαγοράς Πηλίου, 1916–2016: Ένας αιώνας συνεταιριστικής παράδοσης και αγώνα* [Cooperativa Agrícola de Zagora em Pelion, 1916–2016: um século de tradição e luta cooperativa]. Zagora: Ekdoseis Sineteristikou Organismou Zagoras, 2017.
- KARAMPAMPAS, Panas. “(Re)inventing Intangible Cultural Heritage thought the market in Greece”. *International Journal of Heritage Studies*, v. 27, n. 6, pp. 654-67, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13527258.2020.1844277>>.
- _____; DE REGT, Wouter. *Safeguarding Intangible Cultural Heritage through TVET*. Report of the Unesco-Unevoc Virtual Conference. Bonn / Paris: Unesco / Unevoc, 2019.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. “Intangible Heritage as Metacultural Production”. *Museum International*, v. 56, n. 1-2, pp. 52-65, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1350-0775.2004.00458.x>>.
- _____. “World Heritage and Cultural Economics.” In: KARP, I. et al. (org.). *Museum Frictions: Public Cultures/Global Transformations*. Durham (NC): Duke University Press, 2006, pp. 161-202.
- KNIGHT, Daniel Martyn. “The Greek Economic Crisis as Trope”. *Focaal*, n. 65, pp. 147-59, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.3167/fcl.2013.650112>>.

- KNIGHT, Daniel Martyn. “The Desire for Disinheritance in Austerity Greece”. *Focaal*, n. 80, pp. 30-42, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.3167/fcl.2018.800103>>.
- KUUTMA, Kristin. “From Folklore to Intangible Heritage”. In: LOGAN, W. et al. (org.). *A Companion to Heritage Studies*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015, pp. 41-54.
- MERAKLIS, Mihalis “Θέσεις για την λαογραφία”. *Διαβάζω*, n. 245, pp. 16-22, 1990.
- NIELSEN, Bjarke. “UNESCO and the ‘Right’ Kind of Culture: Bureaucratic Production and Articulation”. *Critique of Anthropology*, v. 31, n. 4, pp. 273-92, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0308275X11420113>>.
- NITSIAKOS, Vasilis. *Προσανατολισμοί: Μία Κριτική Εισαγωγή Στη Λαογραφία* [Orientações: uma introdução crítica ao folclore]. Atenas: Kritiki, 2008.
- POLITIS, Nikolaos. “Λαογραφικά εργασία εν κρήτη”. *Λαογραφία*, n. 1, pp. 154-60, 1909.
- SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. Londres / Nova York: Routledge, 2006.
- TAUSCHEK, Markus. “Reflections on the Metacultural Nature of Intangible Cultural Heritage”. *Journal of Ethnology and Folkloristics*, v. 5, n. 2, pp. 49-64, 2011.
- TZIOVAS, Dimitris. “Introduction: Decolonizing Antiquity, Heritage Politics, and Performing The Past”. In: _____ (org.). *Re-Imagining the Past: Antiquity and Modern Greek Culture*. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. VII-XXXII
- UNESCO. *Operational Directives for the Implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Heritage*. Paris: Unesco, 2018.
- YALOURI, Eleana. *The Acropolis: Global Fame, Local Claim*. Oxford: Bloomsbury, 2001.